

RIO DE JANEIRO, RJ, 21 DE JULHO DE 1997

*Meu caro Governador e amigo, Marcello Alencar; Senhor Ministro da Justiça, Íris Resende; Senhores Parlamentares que nos dão a honra da presença; Dom Felipe Santoro, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro; Senhores Prefeitos; Senhor Desembargador; Autoridades estaduais, municipais; Senhoras e Senhores,*

O Governador Marcello Alencar já disse o essencial do que correspondia dizer nesta solenidade de inauguração deste presídio. E o Ministro Íris Resende aduziu os dados necessários para que se perceba a magnitude do esforço que está sendo feito para que nós possamos atender à dupla finalidade das prisões: por um lado, a segurança da população, a tranqüilidade – aqueles que, depois de julgados, no devido processo legal, são considerados temporariamente incapazes da convivência na sociedade, têm de ser recolhidos às prisões; por outro lado, as prisões não podem continuar sendo, como ainda são no Brasil, uma escola de crime, de violência, de desrespeito. É esse equilíbrio que se impõe, entre a justiça, para segurança da população, e o tratamento, quanto possível, de recuperação, mesmo quando não possível, a recuperação da digni-

dade do ser humano, que se busca nesse esforço, que é grande, do Governo Federal, em cooperação estreita com os governos estaduais.

Nós não podemos mais assistir de braços cruzados à superpopulação dos presídios, à degradação do ser humano nos presídios. Nesse sentido, já o disse o Ministro Íris Resende, estamos construindo 52, creio eu, 53 presídios em todo o Brasil. Estamos fazendo reformas em cerca de 20 e poucos, de tal maneira que, no total, são 74, creio eu, presídios que estão sendo abrangidos por essa primeira etapa de um programa consistente. Mas a esses vamos somar mais 50 e poucos, 52 desta vez, através de um programa do BNDES. Ou seja, são, mais ou menos, 125 presídios que estão sendo recuperados.

Há muito tempo o Brasil não via isso. Há muito tempo o Brasil como que adormecia diante dos seus problemas. Uns gritavam contra a violência e o desrespeito aos direitos humanos; outros gritavam porque queriam mais cadeias, e nem uns, nem outros entendiam que era necessário uma política em que, ao mesmo tempo que se façam as cadeias, se dê o tratamento condigno àquele que está aprisionado.

Este ano, que, aliás, é o ano em que a Igreja Católica se empenha na questão dos presídios, ano em que vamos receber, aqui nesta cidade, o Papa, e que falará, certamente, da questão dos presídios, seria impossível que os governos fechassem os olhos e não tomassem as providências necessárias para uma modificação mais profunda na situação carcerária do Brasil.

É por isso que nós estamos aqui, hoje, Governador Marcello Alencar: porque aqui encontramos a cooperação plena de Vossa Excelência. E os resultados aqui estão, não só no caso do presídio, como já bem o disse Vossa Excelência, como na questão relativa à educação, quando me entusiasmei com o que vi na CEI lá em Quintino, com cerca de 20 mil crianças aprendendo a trabalhar, a brincar, a se instruir e, portanto, tratando de que elas se livrem, no futuro, do risco de algum dia virem a ser aprisionadas, às vezes movidas pelo próprio desespero.

O fato é que nós, hoje, temos uma nova atitude. E, nessa nova atitude, o Ministro Íris Resende mencionou um fato que é fundamental: não basta construir cadeias, é preciso modernizar as penas, é preciso ter

uma outra concepção também do Código Penal e da legislação em geral. Isso está avançando.

O Ministro Jobim enviou ao Congresso, em 96, uma modificação no que diz respeito às penas, de tal maneira que se amplia o leque para que os juízes possam, não sumariamente condenar à cadeia cerrada, mas que tenham, para aqueles que não são criminosos de crimes mais graves, uma gama variada de penalidades, incluindo trabalho vigiado, incluindo a prisão em domicílio, incluindo a pena pecuniária para quando os crimes sejam delitos mais leves. Dessa maneira, poderemos tirar das cadeias aqueles que nelas não precisam estar e que, ao contrário, estando nelas, acabam por tornarem-se criminosos por delitos de gravidade maior do que a dos próprios delitos que haviam praticado antes de irem para as cadeias.

Por sorte, a Comissão de Justiça da Câmara, por intermédio do Deputado Ibrahim Abi-Ackel, aprovou esse projeto. E, se não houver um pedido na Comissão de Justiça para que o projeto vá ao Plenário da Câmara, ele irá diretamente ao Senado. Se assim for, espero que ainda este ano eu tenha possibilidade de sancionar essa lei, que vai dar nova amplitude à questão do crime, à questão da pena e à questão do modo pelo qual a sociedade trata essa matéria.

É uma nova mentalidade. Essa nova mentalidade não se implanta por decisão do Governo apenas, não se implanta, tampouco, apenas pela decisão do Congresso. Ela requer que a sociedade entenda o processo.

Eu sei que a demanda por segurança é generalizada no Brasil. É justa a demanda. Quantas vilas, quantos bairros, quantas favelas não conseguem dormir com tranqüilidade, sobretudo nesta cidade do Rio de Janeiro, mais de fama do que de realidade, devo dizer ao Governador, porque, quando olho os indicadores do que está acontecendo no Rio, vejo que está havendo uma mudança muito profunda no sentido positivo também aqui no Rio de Janeiro. Mas, de qualquer maneira, o Brasil precisa sentir segurança.

Quantas vezes a mim me perguntaram a respeito do que o Governo Federal faz pela segurança. A segurança é, precipuamente, atribuição local, dos governos estaduais, das polícias estaduais. Mas o Governo

Federal tem responsabilidade. Tem responsabilidade que se materializa, hoje, aqui, no auxílio à construção de presídios. Tem responsabilidade que se está materializando.

Ainda semana passada, pedi ao Ministro do Trabalho que se juntasse ao Ministro da Justiça para que pudéssemos discutir um programa de treinamento das polícias militares e das polícias civis, financiado pelo FAT, de tal maneira que melhorasse a condição de trabalho e mesmo a condição cultural do nosso policial. E é preciso, também, que essa continuidade se perceba num conjunto de outras ações que dizem respeito à compreensão da própria sociedade do que seja segurança.

E o Governo Federal tem responsabilidades também nas fronteiras, na questão do narcotráfico, tem responsabilidade maior ainda na defesa nacional – essa defesa nacional que será sempre reativada pela presença constante das Forças Armadas, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, não em missão de polícia, mas em missão de segurança do Estado.

Ainda ontem, o Governador Marcello Alencar me deu a honra da companhia. Estivemos visitando um navio-escola, que partia para uma viagem transoceânica, treinando os nossos guardas-marinhas. Ao mesmo tempo, visitei instalações da nossa Marinha aqui no Rio de Janeiro, para certificar-me da nossa capacidade de, se for o caso, termos pronta resposta para qualquer que venha a ser a ameaça que se faça à nossa segurança.

A segurança do Brasil, da sociedade brasileira, depende da cidadania, depende de que cada cidadão tenha, realmente, a formação e o preparo necessários para saber, em cada momento, como atuar e de que forma participar disso que é muito mais amplo do que simplesmente a repressão policial; disso que é quase que um estado de espírito. E isso não pode ocorrer se não conseguirmos, realmente, que essa cidadania seja ativa, participe e seja embasada numa economia que garanta a possibilidade de trabalho para os brasileiros. Não é fácil, nem se fará isso do dia para a noite, nem se faz isso com promessa de campanha, nem se faz isso com ataques açodados, cegos, de ódio, muitas vezes, daqueles que não compreendem o imenso esforço que o Brasil está fazendo para dar um salto de qualidade e para mudar, para poder vir a

ser, realmente, um país decente, um país democrático, um país simples, mas um país em que o cidadão se sinta perfeitamente cômodo na sua própria terra.

É nessa perspectiva, Governador, Senhoras e Senhores que aqui estão nesta solenidade, que, para terminar, como disse o Governador Marcello Alencar, uma vez mais nós estamos aqui inaugurando um presídio. Talvez seja irônico que o Governador Marcello Alencar e eu próprio, que temos horror a presídios, estejamos a inaugurar presídios. Mas nós sabemos que, neste momento, o que nós estamos fazendo não é alguma coisa contra o interesse do cidadão, ou mesmo contra o interesse do delinqüente: é alguma coisa que permitirá maior segurança, na acepção que aqui mencionei. Portanto, tenho certeza de que este presídio faz parte de um grande programa, que é um programa, no fundo, de respeito aos direitos humanos, de crença no Brasil, de valorização da cidadania. E é por isso que esta placa vai deixar para sempre marcado que estivemos aqui, na data de hoje.

Muito obrigado.

